

# Muitas vacilações e ambigüidades sobre a crise (1)

Wilson Cano (\*)

A semana passada foi pródiga em pronunciamentos de autoridades e lideranças privadas sobre a crise nacional. A perplexidade causada por três deles levou-me a comentar alguns de seus pontos. Refiro-me ao documento do pedido de concordata do grupo Matarazzo (jornais de 19/07); ao artigo "Compromisso inadmiável" do senhor Mario Garnero (FSP 21/07) e à ordem do dia baixada pelo ministro da Aeronáutica (jornais de 20/07).

A perplexidade deve-se ao fato de que, lamentavelmente, parte dessas lideranças continua a falar por formas indiretas, ambíguas ou metafóricas. Essas falas deveriam ser claras e objetivas, lastreadas pela correta análise dos fatos, pelas perspectivas dos reais interesses da coletividade e da Nação, e não por sinuosos e obscuros desvios de objetividade.

O primeiro documento faz-nos sentir a grande ausência de um Roberto Simonsen — autêntico líder industrial — a cada dia mais lembrado, que não titubeava em suas ponderações, ao contrário de algumas lideranças atuais, representativas do capital privado nacional.

O documento da IRFM, embora contenha algumas acertadas críticas à política econômica federal, comete graves erros empíricos e teóricos. Por outro lado, em que pese contemplar a história da origem e expansão do grupo, nada diz sobre sua não participa-



fato. Contudo, nenhum outro empresário socorreu aquele líder momentaneamente desacreditado.

O principal desacerto do documento é o que se refere à estatização. Diz, em síntese, que a tecnocracia federal estatizou a economia do País, usando inclusive a rigorosa técnica leninista (!). Ora, as gritas contra a estatização são muito conhecidas. O empresariado privado nacional tem o velho hábito, rançoso por sinal, de gritar contra a participação do Estado na economia, isto é, a participação do Estado na formação de empresas produtivas. E lamentável o fato de um grupo nacional gritar contra um Estado, que, mesmo antes de 1930, vem amparando o capital privado nacional através da política econômica, seja

por leis tributárias, pela tarifa, pelo câmbio ou pelo crédito subsidiado.

O documento acusa o Estado de participar com cerca de 90% no montante da dívida externa. Contudo, esquece que, até 1974, o setor privado era responsável por mais de 2/3 da dívida e que essa participação só diminuiu por causa da crise, quando cai o investimento privado.

Ao afirmar que 72% dos meios de produção pertencem ao Estado, e apenas 28% ao setor privado, ignora que o peso estatal na formação de capital fixo do País é de cerca de 45%, e parte apreciável dele se refere à infra-estrutura social, comumente passível de apropriação pela coletividade e pelas empresas privadas. Mas os erros não são apenas factuais.

Faz mais uma exótica afirmação ao dizer que a ditadura política ou militar se instaura após a marxista estatização dos meios de produção (sic). Ora, a diretoria da IRFM deveria refrescar sua memória e lembrar que o autoritarismo militar toma poder neste país em 1964, sem que houvesse a propalada estatização. O que veio em seguida não foi nenhum sistema econômico marxista, e sim o mais selvagem capitalismo de que este país tem notícia. Nele, não há dúvida de que não foi a classe trabalhadora que se beneficiou...

Não satisfeito, o documento tenta ainda diminuir a importância da sistemática crítica que a oposição brasileira tem feito nestes anos, tachando-a de superficial.

Parece que os autores e a diretoria do grupo não têm lido com assiduidade os principais órgãos da imprensa, nem tampouco visto os principais programas de TV. Lembramos, por isso mesmo, que os economistas da oposição têm sido implacáveis ao apontar as gritantes falhas da política econômica e o desastroso "rumo" político-sócio-econômico em que o País foi empurrado pelos seus governantes.

Não sou dos que pensam que a concordata solicitada pela IRFM tenha sido causada por problemas de ineficiente administração. Afinal, pelo que conheço da estrutura industrial brasileira, não é bem essa a principal causa das eventuais quebras de empresas nacionais. A questão fundamental, aliás apontada pe-

lo documento, reside hoje exatamente no crucial problema do endividamento dolarizado, que, sem dúvida, afetará ainda mais o empresariado nacional privado e, a menos que se renegocie a dívida, também as empresas estatais.

A propósito, lembraria a esse grupo, uma leitura que certamente lhe passou despercebida: um artigo publicado em 09.11.1980 (FSP.), de autoria de três economistas da oposição, cujo título é muito sugestivo ("Capitalismo dos Tólos") e que se refere exatamente a essa questão.

Merece parabéns a última parte do documento, quando, finalmente, o grupo apela ao Estado de Direito.

(\*) Professor Livre-Docente da UNICAMP

ção em momentos recentes e cruciais em que deveria ter externado sua opinião. Por exemplo, esbraveja contra taxas de juros de 180 a 500%, mas, por que só agora o faz? Lembramos que, recentemente, o ministro do Planejamento desmentiu outra liderança privada que afirmara ao presidente sobre idêntico